

COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR

RELATÓRIO DA REUNIÃO DA CIST-PR

DATA: 27/05/2010
HORÁRIO: 08h30min À 12h40min
LOCAL: CEST-PR – 2ª REGIONAL METROPOLITANA

Coordenador: Luciano Zanetti
Relator Lucas Rodrigues
Relator Adjunto Nilson Hideki Nishida

Participantes: Luciano Zanetti – Conselheiro (SINDIPETRO-PR/SC), Márcia Beghini Zambrim – Conselheiro (PASTORAL DA SAÚDE), Alaerte Leandro Martins – Conselheiro (ABEN), Beth Claidh Nascimento – Conselheiro (SINDPREVS), David Claret Bueno (CEST/SESA), Celeste Maria Ribeyre (CEST/SESA), Irene Rodrigues- Conselheira - (FESSMUC), Maria Neuza Lima de Oliveira (SINTRACOM), Sabrina Alessandra de Castro (CRO/ABO), Elza Campos (UBM), Lucas Rodrigues (FOPS), Palmira Rangel (CMS/CASCAVEL), Jonas Braz (CUT)

Justificaram ausência: Regina Wansaucheki Mazzuco e Maria Estela Baniski (SINDSAUDE), José de Albuquerque Arruda (ABO/CRO), Manoela Nóbrega Lorenzi (SINPAR) e Ana Sílvia Chagas Peres Pinho (CRESS).

1.1: Lucas (FOPS) informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) está para julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 1923/98) que questiona a legalidade da Lei 9.637/98, conhecida como Lei de OS's (organizações sociais). Lucas relata que essa foi uma Lei aprovada em 1998, e que já antes de sua aprovação tinha contestações. Tal lei abriu as portas para que uma série de políticas públicas fosse precarizadas e serviços públicos terceirizados, estruturas públicas foram passados para OS's. A justificativa da lei era desburocratizar o serviço público, gerar economia e etc. Passaram-se quase 12 anos e a experiência prática demonstrou que não houve economia nenhuma, pelo contrário, abriu brecha para fraudes, pois tal lei não exige a execução de licitações. Além disso, a condição de trabalho e de atendimento foram precarizadas.

O FOPS/PR e o Fórum em defesa do SUS e contra as privatizações do Alagoas estão puxando uma frente nacional em defesa da procedência da ADI e em defesa de um SUS 100% público, que atenda os interesses da população e não de grupos econômicos. Solicitam que as entidades que quiserem aderir à carta ao STF que entrem em contato com o FOPS pelo fopspr@yahoo.com.br . Há também um abaixo assinado eletrônico, que pode ser assinado pelas pessoas diretamente no site do FOPS: www.fopspr.wordpress.com.

1.2 Elza (UBM): informou sobre a reunião da CIST nacional. Comprometeu-se a enviar os materiais e apresentações por mail, e o relator da CIST encaminhará aos demais integrantes. Os assuntos abordados na CIST nacional foram

- Trabalho Infantil: Professores da UFRJ produziram um estudo bem rico sobre trabalho infantil, que será utilizado para subsidiar as discussões da área.

- Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho: trata-se de uma política construída pelos Ministérios do Trabalho, da Saúde e Previdência. Tal assunto causou questionamento na CIST nacional e na CIST estadual, pois se trata de uma formulação que não passa pelo controle social, além de ser algo paralelo a Política nacional de saúde do Trabalhador e que pelo nome trás preocupação, uma vez que o Controle Social já superou a discussão de "saúde e segurança", entendendo que saúde do trabalhador é algo mais complexo, que tem suas raízes nos processos de trabalho e não somente pautando "segurança".
- Observatório de Saúde do Trabalhador: Instrumento criado para sistematizar informações sobre Saúde do trabalhador. Elza relata que há muitas informações e recomenda a visita do Site: <http://portal.saude.gov.br/portal/sas/strabalhador/default.cfm>
- Pesquisa sobre a situação da RENAST: pesquisa que avalia a aplicação da RENAST nos Estados e municípios.

2.0 - Resolução do CES:

- A resolução proposta pelo CES foi lida, algumas alterações de ortografia foram propostas. Davi (CEST) ficou de remeter para Liliam (SE-CES).

3.0 - Relatório do Seminário de NR-32 e Política Nacional do Trabalhador do SUS:

- Seminário NR-32: Lucas e Nanci fizeram um breve relato do que foi tal atividade em 2009 e falaram da possibilidade de ser realizada em outras regiões do Estado ainda esse ano. A atividade envolveu técnicos das VISA municipal, trabalhadores da saúde e sindicatos. A discussão não ficou restrita a NR-32 e a discussão da legalidade na defesa da saúde do trabalhador, mais abordou os problemas vividos pelos trabalhadores das VISA's (como falta de autonomia), a importância de olhar para além do ambiente de trabalho, mas avançar, discutindo o processo de trabalho e as relações de trabalho, que na maioria dos casos são os principais "adoecedores". Os presentes concordaram com a proposta de realizar os seminários nas outras regiões do Estado e decidiram que será tirada uma comissão para viabilizar a atividade.
- Política Nacional de Saúde do Trabalhador do SUS: Irene (FESSMUC) informou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) instituiu um comitê permanente para discutir saúde do Trabalhador do SUS (do serviço público e privado). Esse comitê está vinculado à mesa de negociação permanente do SUS. O comitê construiu uma proposta de Política de Saúde do Trabalhador do SUS, a proposta passará pelo jurídico do CNS e se não houver nenhuma incompatibilidade com a legislação será colocado em Consulta Pública no dia 7 de junho. Irene pediu empenho das entidades em divulgar o documento depois que entrar em consulta pública, para que possam melhorar ainda mais a proposta. Nesse sentido foi proposto realizar dois seminários (Curitiba e Maringá em 01/07 e 05/07) durante o período de consulta pública para divulgar o projeto e promover a participação dos trabalhadores do SUS.

Para operacionalizar a atividade foi tirada uma comissão [Celeste (CEST), Irene (FESSMUC), Jonas(CUT) e Lucas (FOPS)]. A comissão se reunirá na segunda (31/05), às 9h no CEST. Também foi chamada uma reunião extraordinária para 10/06 para fechar o evento. Decidiu-se solicitar ao CES que intermedeie o pedido de liberação dos servidores públicos da saúde para que possam participar, tanto para o seminário da NR-32, quanto para seminário da Política Nacional de ST do SUS.

Irene encaminhará aos membros da CIST por mail a proposta atual da política, mas deixou claro que não se trata do documento final.

4.0 – Agenda de Saúde e Encontros sobre Saúde do Trabalhador acordado entre a SESA e Centrais Sindicais.

- Davi (CEST) fez a apresentação da Agenda de Saúde, que foi apreciada por todos.
- Lucas (FOPS) propôs que seja encaminhada ao CES uma proposta de moção de repúdio ao Secretário de Saúde, por desrespeitar o Controle Social. Lucas argumentou isso, pois foi noticiado pelo sitio eletrônico da SESA e do governo estadual que serão realizados encontros de ST do trabalhador (<http://www.saude.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1287>), mas no entanto esses encontros não passaram pelo controle Social. Lucas declarou que não é contrário a realização de tais encontros, mas defende que o Controle Social deve ser respeitado e que a construção de tal encontro deve passar pela CIST e pelo CES. Declarou que se o governo for fazer o que quiser, sem consultar o Controle Social não há por que ter controle Social.
- Davi (CEST) posicionou-se contrário a proposta de moção de repúdio e argumentou que trouxe o assunto para a discussão da CIST, se o assunto não tivesse vindo para a CIST concordaria com a moção, mas defendeu que a discussão foi trazida a CIST e que reconhece a importância do controle social.
- Lucas (FOPS) rebateu que as discussões devem passar pelo conselho antes de serem divulgadas como certas, que o controle social não deve ser utilizado como mero “carimbo homologador”.
- Houve um debate entre os presentes, e ficou clara a indignação quanto ao desrespeito ao controle social. Foi aprovado o indicativo de moção de repúdio, que deve ser discutido pelo CES, avaliado e se aprovado que seja encaminhado. Solicitou-se que na moção conste além do caso dos encontros, o repúdio ao anúncio do secretário de que os hospitais de Guaraqueçaba e Paranaguá serão administrados pela FUNPAR. Essa discussão dos hospitais também não passou pelo CES e no entendimento dos membros da comissão os hospitais devem ser administrados pelo próprio Estado.
- As Centrais serão re-convidadas pelos membros da CIST para que participem do controle social e possam ajudar na construção da política pública no espaço adequado.

Próximas Reuniões:

31/05 - Reunião da Comissão dos Seminários. No CEST às 9h.

10/06 - Reunião Extraordinária da CIST.

Local: a definir pela mesa e pela secretaria executiva do CES

Pauta: Seminário Sobre Política Nacional de Saúde do trabalhador do SUS

Plano Operativo 2010

Rede Escola Continental de Saúde do Trabalhador

Próxima Reunião Ordinária em Junho:

Pautas: Documento CRESS

Pautas pendentes que estão na pasta.